

## **CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO 1972: PONTO DE PARTIDA PARA O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

Martileide da Costa Henrique Maia<sup>1</sup>; Adolpho Pinheiro Maia<sup>2</sup>

*1-Universidade Estadual da Paraíba, martyleide@gmail.com; 2-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, adolphomaia1987@gmail.com*

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho discutirá a influência da Conferência de Estocolmo no debate sobre educação ambiental e seus possíveis desdobramentos ideológicos concernentes à crise ambiental. Neste contexto, A educação ambiental (EA) no Brasil, assumiu inicialmente contornos conservacionistas, tendo em vista o caráter desenvolvimentista, tecnográfico e autoritário que limitava o debate ideológico, característico de uma EA apolítica e relativamente neutra, no tocante as relações socioambientais (LIMA, 2009). Este fato se deve pela conjuntura vivida pelo país nas décadas de 60 e metade da década de 80, Lima (2009, p.149), “Do ponto de vista político e institucional, o país vivia um período autoritário que se iniciara com o Golpe Militar de 1964 e só retornaria ao estado democrático de direito com a eleição indireta de um presidente civil em 1985”.

A EA brasileira teve seus desdobramentos a partir das décadas de 70 e 80, configurando-se como um campo amplo, plural e diversificado, constituído por diferentes setores sociais, que vieram a influenciar direta ou indiretamente os rumos do processo pedagógico. Organismos financeiros ligados a ONU e a UNESCO, como esses próprios órgãos, tiveram grande influência na formação de ações educativas ligadas a temática ambiental; as associações e ONG’s ambientalista; empresas ligadas a financiamento/ desenvolvimento de ações educativas e instituições científicas, foram o ponto de partida para a formação de uma educação que seguiu por uma linha conservacionista/comportamentalista (LIMA, 2009).

Essa constante pressão dos órgãos internacionais, foi um dos pontos que favoreceram a construção de uma educação ambiental pautada no conservacionismo, ou seja, uma perspectiva importada que não contemplava a realidade brasileira. Portanto, através dos desdobramentos ocorridos ao longo de algumas décadas pode-se perceber que tais influências, ainda se reverberam na formação educacional ambiental de cada cidadão.

Corroborando para esta afirmação, os autores Sousa e Brandão (2016), no trabalho intitulado *A Imagem Conservadora da Crise: Uma Análise da Percepção de Alunos Sobre Meio Ambiente*, demonstrou por meio de 10 imagens alguns conceitos equivocados no que concerne à temática ambiental. Os resultados obtidos convergem para seguinte afirmação, que, os alunos conseguem identificar com certa facilidade, temáticas como: destinação do lixo, reciclagem, poluição, conteúdos que expressam um caráter conservador, no entanto, parecem desconhecer problemas como acesso a moradia, fome e etc.

Baseando-se nestes pressupostos teóricos é que este estudo construiu sua estrutura bibliográfica, portanto, através de pesquisas em literatura e debates originados com os colegas colaboradores, foi observada a importância da temática ambiental para a formação crítica dos cidadãos, o que por sua vez nos levou a construir esta proposição: a Conferência de Estocolmo 1972 consistiu em um marco histórico para o debate sobre educação ambiental, imprimindo um viés

conservacionista e comportamentalista, característico de uma educação tradicional. Posto isto, os objetivos deste trabalho consistem em analisar e descrever quais os fatores que propiciaram a disseminação da visão pedagógica conservadora em nossa sociedade. Foram utilizados como arcabouço teórico os autores: Brandão (2013); Gurski, Gonzaga e Tendolini (2012); Lima (2009); Ramos (2001); Sousa e Brandão (2016), sendo os que possibilitaram o aprofundamento do tema aqui debatido.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa utilizou como procedimento técnico-metodológico uma revisão de literatura (revisão bibliográfica), classificada como revisão narrativa, ou seja, foram reunidas em literatura algumas obras referentes ao tema proposto a critério dos autores. Sendo analisados e descritos os principais aspectos que corroboraram para a gênese e propagação da visão pedagógica conservadora/ tradicional relacionada à educação ambiental. Este tipo de pesquisa é caracterizado por uma temática mais aberta, não seguindo um protocolo rígido de escolhas das fontes que serão utilizadas na pesquisa, a escolha parte da análise subjetiva dos autores (Cordeiro et al, 2007).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ramos (2001), afirma que a institucionalização da educação ambiental (EA) é oriunda da segunda metade do século XX, e surgirá através dos inúmeros protestos/manifestações que contestavam os valores da sociedade capitalista das décadas de 50 e 60. Perante as discussões iniciadas pela sociedade civil da época, cria-se um panorama favorável para suscitar os ideais ambientalistas e da ecologia. Este autor relata que a partir deste período há uma forte crítica aos valores da sociedade capitalista, tomando a ecologia como mecanismo/instrumento de combate a ideologia consumista do sistema, iniciando “uma tomada de consciência crítica de que o crescimento (e por extensão, à sociedade de consumo) ligado aos ideais da razão ocidental burguesa e aos valores da cultura industrial estão associados à destruição do meio ambiente” (RAMOS, 2001, p. 202).

Contudo, desse marco em diante houve uma seção de interesses entre dois blocos distintos que defendiam interesses opostos, o bloco dos países do Norte (desenvolvidos) que defendiam a bandeira da preservação dos recursos naturais; e o bloco dos países do sul (em desenvolvimento) que alegava que a miséria, dentre outros problemas sociais: como falta de saneamento básico e moradia eram mais importantes que a preservação do meio ambiente (RAMOS, 2001). Neste período o Brasil passava por um exponencial crescimento econômico e industrial o que o levava a liderar o bloco do hemisfério sul, com a premissa que estes países estavam passando por um processo de industrialização e crescimento econômico, por este motivo e a desaceleração deste crescimento seria injusto para os mesmos (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012).

O embate entre esses dois blocos distintos, evidência a relação de poder entre dois hemisférios (Norte e Sul). Neste sentido, os diferentes discursos entre os países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, não pode ser compreendido como conscientização dos países dos países do bloco Norte (ricos), mas sim, um jogo de interesses, uma necessidade de domínio dos recursos naturais, em vias de finitude (BRANDÃO, 2013).

Tomando Brandão (2013), como pressuposto teórico, a conferência de Estocolmo não possuía um caráter universal, tendo em vista a polarização que o mundo estava passando, cada hemisfério com um posicionamento diferente a despeito das políticas ambientais e “mesmo conquistando espaço no cenário mundial, esse tema era sufocado pelo período conturbado da Guerra Fria” [...] (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012, p. 71). Analisando os fatos aqui já

mencionados pode-se dizer que o mundo estava polarizado por interesses distintos “assim a conferência se viu mais dividida entre Norte e Sul que Leste e Oeste, sendo esse um dos empecilhos para atingir maior efetividade” (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012, p. 72).

## CONCLUSÕES

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente humano de 1972 configurou-se como um marco histórico, tendo em vista os inúmeros debates suscitados nesta ocasião, relacionados à temática ambiental. Neste panorama a Conferência de Estocolmo foi a primeira grande reunião da ONU que discutia a relevância de programas e projetos relacionados à educação ambiental, todavia, os dados aqui obtidos corroboram para a seguinte afirmação que o tema educação ambiental mesmo sendo debatido, figurou em segundo plano, pelo fato das discussões circundarem a crise ambiental, ou seja, conservação e gerenciamento dos recursos naturais. Neste momento houve uma seção de interesses entre dois blocos distintos de interesses (norte e sul), os países do hemisfério Sul, não atentaram para a relevância da implementação de programas relacionados à educação ambiental, neste sentido, a ausência inicial de políticas públicas relacionadas, possivelmente vieram a influenciar os rumos da educação no Brasil e no mundo, pelo fato inicial que as primeiras iniciativas no que tange a educação ambiental partirem de órgãos internacionais ligados a ONU em detrimento de ações afirmativas realizadas pelos próprios países.

**Palavras-Chave:** Conservacionismo, Educação Ambiental, Crise.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A. G. **Ciências Políticas e Climáticas:** Uma Abordagem Discursiva Sobre o Aquecimento da Terra. Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências/UFBA, Salvador, p. 48-55, 2013.

CORDEIRO, A. M. et al. **Revisão sistemática:** uma revisão narrativa. Rev. Col. Bras. Cir. vol.34 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007.

GURSKI, B.; GONZAGA, R.; TENDOLINI, P. **Conferência de Estocolmo:** Um marco na questão ambiental. Rev. Eletr. Administração de Empresas em Revista [v. 11, n. 12, 2012](#).

LIMA, G. F. C. **Educação ambiental crítica:** do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

RAMOS, E. C. **Educação ambiental:** origem e perspectivas. Educ. rev. n.18, p.201-218. 2001.

SOUSA, A. M.; BRANDÃO, A. G. **A Imagem Conservadora Da Crise:** Uma Análise Da Percepção de Alunos Sobre Meio Ambiente. 2016.